

Presidente da Associação Nacional de Diretores teme fim do ensino público

Adalmiro Botelho da Fonseca fala em novos contratos de associação que podem entregar a gestão das escolas públicas a grupos privados. **Pág. 2 e 3**

Um primeiro ano de familiarização

As metas curriculares entraram em vigor neste ano letivo, mas sem carácter obrigatório e apenas para algumas disciplinas. A sério, só em 2014-2015.

Pág. 4

Contexto económico e social passa a contar para a avaliação externa das escolas

Ministério da Educação diz que, assim, se alcançarão resultados mais objetivos. Diretores duvidam. **Pág. 6**

"Este é um manual ao qual os pais podem recorrer sempre que tenham dúvidas"

A Porto Editora, em parceria com a CONFAP, lançou um verdadeiro guia para pais: O meu filho fez o quê???, de Bárbara Wong. **Pág. 8**

TROCADO POR MIÚDOS

grandes perguntas de gente pequena



A NÃO PERDER





Extinção das direções regionais de Educação pode pôr em causa ensino público

Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas teme os "movimentos fortes contra a escola pública que podem levar a mudanças profundas".

A extinção das DRE, no início do ano, foi caracterizada pelo Ministério como uma medida que "permitirá aprofundar a autonomia das escolas, implementando modelos descentralizados de gestão e apoiando a execução dos seus projetos educativos e organização pedagógica".

Mas é esta autonomia que os diretores de escolas não encontram nesta medida, como explica Adalmiro Botelho da Fonseca, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP). "O que deveriam ter feito era pegar nas competências que tinham as DRE e analisar quais delas poderiam passar diretamente para as escolas. Não deixa de ser irónico que para se tratar da autonomia das escolas se acabe com as DRE, organismos descentralizados, para se criarem direções gerais, centralizadas em Lisboa."

O presidente da associação que representa os diretores das escolas públicas até concorda com a extinção das DRE na sua essência, mas só se elas fossem transformadas em organismos de apoio forte às escolas. "O que é que falta às escolas? Onde é que as escolas não têm apoio? E há um evidente que digo já: por exemplo, na área jurídica. Aqui não temos qualquer apoio. A não ser que o contratemos, mas também não temos dinheiro para o pagar. Por isso acho é que esta extinção deveria servir precisamente



«Tenho receio pela escola pública. E nós vamos estar atentos porque há movimentos fortes contra este tipo de ensino.»

para isso, para a criação de verdadeiros organismos de apoio às escolas", conclui.

"Porque é que não se dialoga?", pergunta. "Apenas nos chamam quando precisam de nos dizer o que foi decidido, porque têm de lá pôr que fomos ouvidos. Só somos consultados depois das decisões tomadas. Não existe qualquer diálogo connosco."

Segundo o diploma oficial do Ministério, esta medida do Governo enquadra-se num plano de racionalização de recursos e de redução da despesa pública e o MEC garante que com esta nova lei vai conseguir poupar cerca de seis milhões de euros anualmente. Mas o presidente da ANDAEP não tem dúvidas em afirmar que esta decisão é mais do que uma medida economicista. "A Educação, como outros domínios da sociedade, não deixa de ser apetecível a grupos económicos. E é preciso um Ministério forte que não se deixe influenciar por estes grupos, que não permita que eles interfiram nas decisões."

Adalmiro Botelho da Fonseca receia a criação de novos contratos de associação, não só "porque há muitas zonas do país cujas escolas públicas absorveriam todos os alunos que aí existem e, portanto, não



«MEC garante poupança anual de cerca de seis milhões de euros.»



são necessários contratos de associação com escolas particulares", mas também porque receia "que se esteja a caminhar para a criação de novos contratos de associação que entreguem a gestão das escolas públicas a particulares".

E o presidente da ANDAEP é claramente um acérrimo defensor do ensino público. Mas explica porquê: "Vários estudos chegaram à conclusão que a escola pública tem valências que o ensino particular não tem. Além disso, é uma escola muito mais inclusiva, tem na sua função não só ensinar a fazer mas também a ser. Não interessa à escola pública só colocar alunos em

universidades. Aliás, está provado que a escola pública forma alunos que depois, no ensino superior, fazem os cursos muito melhor dos que lá chegaram via ensino particular."

Adalmiro Fonseca não tem receio de dar a sua opinião, salvaguardando que é disso mesmo que se trata, da sua opinião: "Para mim, desde o currículo à gestão de pessoal,

à contratação de professores, tudo devia ser abrangido pela autonomia das escolas.

"A autonomia das escolas, para mim, é uma coisa tão simples quanto isto: as escolas deviam ser das comunidades", começa por afirmar. "Claro que haveria sempre uma parte mínima nacional, um programa nacional e alguns princípios ditados pelo Ministério, mas depois seria a comunidade local a dizer o que é que quer das escolas. E mais, a própria comunidade deveria preparar para si um projeto educativo. E, isto sim, é autonomia."

O presidente da ANDAEP termina dizendo que tudo fará, enquanto responsável pela associação que representa, para defender o ensino público e evitar que se cumpra "o que está escrito no relatório do FMI e que o senhor ministro ainda não desmentiu", referindo-se à criação de novos contratos de associação.

No final de dezembro de 2011, o MEC publicou em Diário da República a lei orgânica que determinou, com efeitos no início deste ano, a extinção das cinco direções regionais de Educação (DRE) e a sua passagem para a alçada da Direção-Geral da Administração Escolar, centralizada no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Para além da extinção das DRE, esta lei do MEC veio determinar a saída do Gabinete de Educação Educacional (GAVE) da administração direta do Estado. De acordo com o diploma, o GAVE passou a ter um novo enquadramento jurídico como entidade autónoma e independente, "de forma a conceber e a aplicar provas e exames nacionais validados, fiáveis e comparáveis". [me](#)

«O meu maior receio é que se esteja a caminhar para a criação de novos contratos de associação que entreguem a gestão das escolas públicas a particulares.»





Um primeiro ano de familiarização

As metas curriculares entraram em vigor neste ano letivo, mas sem carácter obrigatório e apenas para algumas disciplinas. A sério, só em 2014-2015.

O Ministério da Educação decidiu estabelecer novas metas curriculares para as principais áreas disciplinares, do 1.º ao 12.º ano de escolaridade. O objetivo é que as mesmas clarifiquem o mais importante nos programas das disciplinas, definindo os conteúdos fundamentais a ensinar e os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos.

Isto é "indispensável ao prosseguimento dos estudos dos alunos e às necessidades da sociedade atual", sublinha o Ministério no despacho publicado em Diário da República.

O Ministério fala mesmo em "meio privilegiado de apoio à planificação e à organização do ensino", permitindo avaliar o cumprimento dos objetivos, tendo em conta os padrões e níveis esperados de desempenho dos alunos.

Por esta razão, também na avaliação interna e externa as metas devem ser um referencial, em particular para o GAVE, até porque "incluem aquilo que é considerado como aprendizagem essencial a realizar pelos alunos". Assim, as provas finais de ciclo e os exames nacionais serão, naturalmente, abrangidos, acompanhando o respetivo ano escolar em que se tornem obrigatórias.

Para os anos 2012-2013 e 2013-2014, o Ministério salvaguarda, no entanto, que as provas finais de Português e Matemática devem manter os respetivos programas como referência, aplicando, de forma complementar, as respetivas metas homologadas. Isto porque "esclarecem e priorizam os diversos objetivos dos programas, sem entrar em conflito com estes".

No entanto, o ministério esclarece que "a reformulação das metas poderá implicar uma revisão parcial de alguns programas curriculares, devendo apenas alterar-se o que é estritamente necessário e justificável".

Apesar de obrigatórias e com estrutura comum a todas as áreas curriculares, o mesmo documento continua, ainda assim, a garantir a autonomia do professor, sobretudo quando as metas de

recomendações", apresentava ideias "demasiado ambíguas" e, inclusive, aderira a "versões extremas de algumas orientações pedagógicas datadas e não fundamentadas cientificamente".



determinado ano tiverem de ser retomadas em anos posteriores ou quando se desejar ir mais além dos objetivos por elas definidos.

A criação destas metas curriculares era, para o Ministério, "fundamental", tendo em conta que o anterior Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais não era "suficientemente claro nas

Apesar de, este ano, ainda não ter um carácter obrigatório, o que se pretende é que os professores comecem, progressivamente, a utilizar este documento como referência, sabendo exatamente o que se pretende que o aluno aprenda.

Assim, as novas metas curriculares "tiveram em conta as que têm sido estabelecidas em países com bons níveis de desempenho" e são o resultado da reformulação de uma equipa especificamente criada para o efeito e composta por "especialistas de reconhecido mérito", dividida em subgrupos das áreas disciplinares, que identificou – e continuará a identificar – "o conjunto de conhecimentos e capacidades essenciais que o aluno tem de adquirir e desenvolver, por ano de escolaridade ou ciclo".



Congresso

1.º ciclo

METAS CURRICULARES

2013

Essa reformulação foi, posteriormente, analisada por um grupo de consultores e por professores do Ensino Básico das disciplinas em estudo e alvo de um período de discussão pública de três semanas.

Em agosto de 2012, as primeiras metas a serem homologadas foram para o ensino básico, nomeadamente para Português, Matemática, Tecnologias da Informação e Comunicação, Educação Visual e Educação Tecnológica. Em março, seguiram-se as metas curriculares para as disciplinas de História e Geografia de Portugal e Ciências Naturais, do 2.º ciclo; e de História, Geografia, Ciências Naturais e Físico-Química, do 3.º ciclo. [me](#)

Porto Editora promove esclarecimento sobre Metas Curriculares no 1.º Ciclo

No Congresso organizado pela Porto Editora, no início de março, os autores das metas curriculares de Português e Matemática marcaram presença numa sessão de esclarecimento aos professores de 1.º Ciclo.

Debatendo a estrutura das metas, domínio a domínio, e com orientações práticas de operacionalização e implementação, o evento contou com cerca de 1000 professores em cada sessão, numa manhã

de sábado que se revelou bastante proveitosa, como se pôde ouvir no final das sessões.

No final de fevereiro, a Porto Editora já tinha lançado uma coleção de livros com exercícios específicos para trabalhar as metas curriculares de Português no 1.º Ciclo – Gosto de Português – numa sessão de lançamento que também serviu para esclarecer os aspetos mais importantes destas novas orientações.



**CLIQUE AQUI
PARA ACEDER
AOS
DOCUMENTOS
DAS METAS** ▶

**CONSULTE AQUI
A TABELA DE
APLICAÇÃO DAS
METAS** ▶



Contexto económico e social passa a contar para a avaliação externa das escolas

Ministério da Educação diz que, assim, se alcançarão resultados mais objetivos. Diretores duvidam.

Desde janeiro que o contexto económico, social e cultural das escolas, e de onde provêm os seus alunos, passou a contar nos critérios de avaliação externa das escolas. Segundo o Ministério, esta decisão torna os resultados "mais objetivos" ao permitir comparar, a nível nacional, escolas situadas em contextos similares.

A possibilidade de identificar as escolas que podem fazer mais e aquelas que estão a fazer mais do que era esperado, tendo em conta o tal contexto em que estão inseridas, foi outro dos motivos que levaram o Ministério a anunciar esta alteração.



"Em muitas escolas, a expectativa das famílias é tão baixa em relação ao que se espera dos alunos que isso só se pode traduzir em baixo rendimento escolar."

**Manuel Oliveira,
Escola Básica e Sec. do Cerco**

Mas a verdade é que nem todos os diretores concordam com a justificação apresentada pelo Governo. Manuel Oliveira, diretor da Escola Básica e Secundária do Cerco, no Porto – 577.^ª no ranking nacional das escolas de ensino secundário –, diz que "é difícil e injusto comparar quando as realidades são completamente diferentes, mesmo quando o contexto socioeconómico é semelhante".

"Neste contexto social desfavorecido, o que acontece é que as escolas até dão mais do que lhes é pedido, quer em termos de currículo, quer em termos de oferta da própria escola", afirma. E dá como exemplo a sua escola. "Uma comunidade de alunos a quem nunca lhes foi dado nada, pode hoje ter, provavelmente, a única refeição quente do dia, pode hoje estar num ensino articulado de música, fazer parte de uma orquestra, pode hoje ter aulas num espaço de autoaprendizagem e ter projetos onde os alunos se realizem de alguma forma."

Manuel Oliveira tem dúvidas de que a sua escola alguma vez vá subir no ranking, mesmo com os novos critérios, e explica porquê: "No contexto onde a minha escola se insere, onde o desemprego grassa,

onde existe o maior número de bairros sociais do distrito, onde as expectativas das famílias em relação à escola são demasiado baixas, não vejo que isso seja resolúvel no curto e médio prazo."

E vai mais longe: "A introdução deste critério até pode ter um efeito perverso, pois leva a que se crie um ensino cada vez mais elitista. As famílias com maiores expectativas e maiores rendimentos não vão colocar os seus filhos numa escola como a nossa ao olhar para os rankings."

Opinião semelhante tem Jorge Ferreira, diretor da Escola Secundária Almeida Garrett, em Vila Nova de Gaia – 117.^ª no ranking nacional das escolas secundárias. "Os rankings são muito elementares e os encarregados de educação não leem todos os parâmetros. Olham apenas para a primeira coluna, veem em que lugar está a escola e tomam as suas decisões. Jorge Ferreira vê os rankings como uma



vantagem apenas para a gestão das escolas e não para o público em geral, pois pode elucidar como está a funcionar o ensino e compará-lo entre escolas e regiões, "desde que todos os parâmetros sejam considerados". Por isso, não vê

"Para quem não está dentro do sistema de ensino, estes rankings são altamente enganadores."

**Jorge Ferreira,
Escola Sec. Almeida Garrett**

grande vantagem na sua disponibilização para o público. "Se querem fazer qualquer coisa que permita, efetivamente, transmitir uma relação posicional entre escolas, têm de entrar com o parâmetro social, sim, mas também com outros técnicos, como o número de exames realizados na escola e o peso de cada disciplina."

Também Manuel Oliveira, da Escola Básica e Secundária do Cerco, concorda que é importante o Ministério saber como está a ser conduzido o processo educativo e, mediante estes dados, tomar medidas para regular o processo, "sobretudo num mercado feroz como o da Educação, onde muitos interesses estão em jogo", mas não tem dúvidas em afirmar que "há muitos fatores com os quais as escolas e os

"Não existe a melhor escola do país, nem nunca vai existir, porque não é possível comparar situações tão diferentes."

**Jorge Ferreira,
Escola Sec. Almeida Garrett**

agrupamentos não podem lutar relativamente aos resultados escolares". E dá exemplos: "Não podemos lutar contra a legislação em vigor, não podemos lutar contra a contratação de escola, nem podemos lutar contra os meios económico-sociais extremamente desfavorecidos."

"Há escolas que, olhando para os

resultados, saem maltratadas injustamente", lamenta Jorge Ferreira. "Alguém foi lá ver em que condições é que se trabalha? Então com que direito é que se pode colocar a escola ali, numa tabela? Com que objetivo? Alguém intervém lá, a seguir? Não. Então não serve para nada", termina.

Para balizar as escolas de acordo com o contexto económico e social, o Ministério criou três grupos por onde distribuiu as escolas existentes no país: Pegasus, Cassiopeia e Oríon.

O primeiro, Pegasus, é o grupo com os valores mais baixos nas habilitações dos pais e com muitos alunos com ação social escolar e é onde se concentram mais agrupamentos e escolas – 445. São escolas, maioritariamente, de meios rurais ou de subúrbios com muitos bairros sociais.

O segundo, Cassiopeia, representa o escalão intermédio, com valores relativamente altos nas habilitações escolares dos pais e com uma elevada percentagem de alunos no ensino básico, mas relativamente poucos a beneficiar de ação social escolar. Falamos de 274 escolas.

O terceiro, Oríon, é o que inclui as escolas líderes do ranking. São 237 escolas, onde a média da habilitação escolar dos pais é elevada, há poucos alunos a beneficiar de ação social e uma elevada percentagem de alunos no ensino secundário. São, geralmente, escolas de meios urbanos ou subúrbios mais favorecidos. [me](#)

"A única vantagem é a gestão das expectativas dos familiares que já sabem em que percentil de classificações vão colocar os seus filhos."

**Manuel Oliveira,
Escola Básica e Sec. do Cerco**





"Este é um manual ao qual os pais podem recorrer sempre que tenham dúvidas"

A Porto Editora, em parceria com a CONFAP, lançou um verdadeiro guia para pais: O meu filho fez o quê???, de Bárbara Wong.

Inserido na coleção + Pais, uma série de livros em parceria com a CONFAP que abordam a relação dos pais com a escola O meu filho fez o quê??? traz consigo o subtítulo Guia de relacionamento dos pais com a escola.

Este livro é, precisamente, um guia prático, com perguntas e respostas que respondem às principais preocupações dos encarregados de educação – desde o bullying à preparação para um novo ano letivo, passando ainda pela resposta que os pais devem dar quando os seus filhos fazem algo de realmente grave nas escolas –, e é o corolário de um ano de recolha de histórias de pais e professores, de conversas com psicólogos e especialistas na área.



Como surgiu o interesse em escrever este livro?

Bárbara Wong – Depois de ter escrito A minha sala de aula é uma trincheira, onde relato histórias reais passadas na escola, senti necessidade de escrever um texto mais direcionado aos encarregados de educação. Quando ainda estava a pensar nesta hipótese, a estruturá-la, recebi um

telefonema do presidente da CONFAP, Albino Almeida, a propor-me escrever para a coleção da Porto Editora. Foi uma feliz coincidência.

Este é o resultado de várias conversas com pais, alunos e professores de todo o país. Quanto tempo demorou a concluir este trabalho?

B.W. – Demorei cerca de um ano, entre a recolha de histórias de pais e professores, conversas com psicólogos e especialistas na área e a escrita.

Foi fácil falar com todos ou houve algum momento mais "complexo"?

B.W. – O mais difícil foi conciliar horários, os meus e os das pessoas com quem queria falar. Depois as conversas foram sempre agradáveis, de partilha de experiências, mesmo as mais dolorosas.

Este livro tem uma estrutura de "pergunta-resposta". Sentiu que esta era a melhor abordagem para o que pretendia com este livro?

B.W. – Sim, a ideia era criar um guia para pais objetivo e creio que esta estrutura facilita a leitura aos encarregados de educação que podem recorrer, mais do que uma vez, à sua consulta. Ou seja, a intenção não era criar um livro que se lesse uma vez e se pusesse na estante, mas um manual ao qual os pais podem recorrer sempre que tenham dúvidas.

Daí as nove grandes perguntas que estruturam o livro? Foram estes os principais anseios que sentiu por parte dos pais?

B.W. – O objetivo é acompanhar os pais desde que a criança vai para a escola, com idade para ir para a creche ou para o pré-

escolar e, a partir daí, contar-lhes histórias de outros encarregados de educação que já passaram pela mesma experiência, as dúvidas que tiveram, o modo como agiram (por vezes errado e com consequências) e, depois, partilhar os conselhos de especialistas de educação para que tudo corra melhor com os pais que lerem O meu filho fez o quê???

Contudo, este não é um livro apenas para pais de primeiras águas, mas para todos. Por exemplo, para os pais dos adolescentes – altura em que muitos são surpreendidos por novas dificuldades seja de comportamento ou de aproveitamento dos filhos.

Tem dedicado grande parte da sua vida profissional à educação. Desde que iniciou a sua vida como jornalista, que grandes diferenças sente na escola de hoje face à de outros tempos?

B.W. – Comecei a trabalhar em 1997 e um ano depois estava a trabalhar com a área da Educação. Em 14 anos tivemos nove ministros da Educação. Nove governantes que chegam com ideias próprias sobre a área e que procuram introduzi-las nas escolas. E tudo estaria bem se avaliassem o que estava em vigor e demonstrassem porque é preciso mudar, mas isso não acontece. O resultado é uma escola cada vez mais instável, com professores cansados de mudanças, e esse cansaço e desânimo reflete-se no modo como ensinam, como estão na sala de aula. E, em última instância, refletem-se nos alunos.

E em relação aos pais de hoje, são mais ou menos preocupados com a vida escolar dos seus filhos?

B.W. – Há uma enorme heterogeneidade. Há décadas só os filhos dos pais letrados é que chegavam à escola. A partir do momento em que a escolaridade é obrigatória, todos chegam à escola. E os professores falam de salas de aula que se transformaram, que deixaram de ter alunos bem comportados e motivados. Contudo, a maioria dos professores já não apanhou esses alunos e continua a falar com saudosismo desse tempo.

É um preconceito pensar que os filhos de pais letrados são mais acompanhados do que os dos pais com pouca formação. Antigamente, apesar de haver menos diversidade nas escolas e só chegar ao liceu uma minoria, também havia histórias de mau comportamento, de partidas pregadas aos professores, de filhos pouco acompanhados pelos pais até porque a relação pais-filhos era mais distante. Hoje temos pais mais próximos dos filhos que



se preocupam com o seu bem-estar, com o que se passa na escola, que se envolvem. Mas, repito, a heterogeneidade é enorme. Temos pais com licenciatura que se esquecem dos filhos no ATL; pais com menos formação que incitam os seus filhos a estudar para "serem alguém" e que vão à escola falar com o diretor de turma.

Por último, para todos os professores que também são pais, tem alguma mensagem em particular que gostasse de transmitir?

B.W. – Paciência e energia para enfrentar as mudanças que são sempre exigidas; não apenas pelo Ministério, mas pela sociedade e pelos alunos no dia a dia. [me](#)

TROCADO POR MIÚDOS

grandes perguntas de gente pequena

O Projeto

De onde vêm os sonhos? Porque é que os animais não falam como nós? Quem é Deus? Por que razão não podemos viver para sempre? De que são feitos os arco-íris? Porque é que o mar é salgado?

Pensa na pergunta juntamente com os teus pais ou professores e participa no livro **Trocado por Miúdos**.

Faz a tua pergunta!



Os Especialistas

www.portoeditora.pt/trocadopormiudos

Uma equipa de especialistas de várias áreas responderá às 50 melhores perguntas.

António Mega Ferreira · João Canijo · Rui Veloso · Carmen Dolores · Pedro Strecht · Irene Flunser Pimentel · Pedro Cabrita Reis · Carlos Fiolhais · José Afonso Furtado · Jorge Buescu · Francisco Pinto Balsemão





Quinta edição do Prémio Conto Infantil Ilustrado contou com a participação de mais de 80 escolas

Iniciativa conjunta entre a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e a Porto Editora, inserida no festival literário Correntes d'Escritas, distingue trabalhos coletivos de turmas do 4.º ano de escolaridade.

Este ano, o primeiro lugar deste prémio foi atribuído ao texto Na escola aprendi "verês", da autoria da turma do 4.º ano da escola EB1 O Leão de Arroios, em Lisboa, no passado mês de fevereiro. Este conto retrata a história real de uma menina chamada Vera, que tem dificuldades em articular as palavras e fala a sua própria língua, ou seja, o "verês". É, portanto, uma história que reflete uma partilha de experiências dentro da sala de aula, onde a realidade das necessidades educativas especiais é, desta forma, contada em história.

O segundo lugar desta quinta edição do Prémio Conto Infantil Ilustrado foi atribuído ao texto Peixes por um dia, da turma B do 4.º ano do Externato Champagnat, em Lisboa, e o terceiro lugar ao conto Do azar se fez sorte, da turma M03 do 4.º ano da escola EB1, 2, 3 Augusto Moreno, em Bragança.



A elevada qualidade dos trabalhos justificou, ainda, a decisão do júri de atribuir três menções honrosas na categoria de texto e duas na categoria de ilustração. Além de material pedagógico oferecido às turmas galardoadas, todos os textos e ilustrações premiados serão reunidos em livro, à semelhança das edições anteriores, e enviados a todas as escolas de 1.º Ciclo.

Este é um prémio que tem como principal objetivo a promoção do gosto pela leitura e pela escrita num nível de ensino que é fundamental para a criação de hábitos de

leitura. O trabalho coletivo, em detrimento do individual, e o estímulo da imaginação são outros componentes fortes desta atividade, não só pela produção textual como pela criação das ilustrações que a acompanham.

Inserida no maior festival literário do país – o Correntes d'Escritas – este é o quinto ano de um prémio cuja vontade de realização por mais se mantém em todas as partes envolvidas: autarquia, Porto Editora e escolas de 1.º Ciclo. [me](#)





Coleção "Histórias de África" promove a criação literária angolana

Protocolo entre o Grupo Porto Editora e a União de Escritores Angolanos pretende contribuir para o enriquecimento cultural de Angola mas também do próprio mundo lusófono.

As duas amigas, da jovem autora angolana Cássia do Carmo, de apenas 17 anos, e As orelhas de Mutaba, de Isabel Lafayette, são os primeiros livros desta coleção, estreada em janeiro deste ano.

Editada com o nome Histórias de África, esta coleção foi também lançada em Angola – através da editora Plural Editores, uma subsidiária do Grupo Porto Editora –, mas com o nome Histórias para o meu caçula.

As duas amigas conta-nos a história de Sara e Sandra, duas amigas cuja amizade vai ser posta à prova por fatores socioeconómicos

que as ultrapassam, acabando por prevalecer uma verdadeira amizade com raízes reveladas fortes. No fundo, este livro acaba, em muitos aspetos, por traduzir várias situações semelhantes vividas por muitos jovens de hoje.

As orelhas de Mutaba relata a vida de elefantes cujas orelhas são alvo de constante troça por parte dos outros habitantes da selva. É, assim, um livro que pretende despertar nos mais jovens a capacidade de saber lidar com a diferença. [me](#)



Poesia de Sophia na Assírio & Alvim

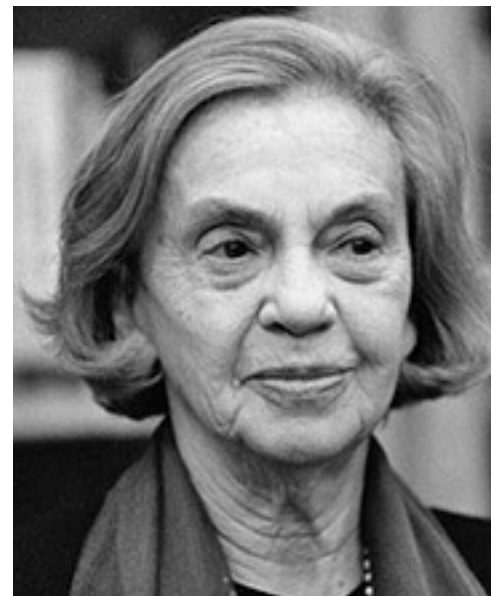
Chancela do Grupo Porto Editora vai publicar a obra poética de Sophia de Mello Breyner Andresen.

A notícia da publicação da obra poética da autora pela Assírio & Alvim foi anunciada a 21 de março, Dia Mundial da Poesia. E para Vasco Teixeira, diretor editorial do Grupo Porto Editora, melhor dia não haveria para revelar a "particular satisfação com a concretização deste nosso desejo". "A Assírio & Alvim é a casa ideal para dar a visibilidade que a obra poética de Sophia de Mello Breyner Andresen merece", refere.

Será no decorrer deste ano que serão publicadas as primeiras obras de Sophia na

sua nova editora: Poesia (originalmente publicada em 1944); Coral (de 1950); No Tempo Dividido (de 1954); e Mar Novo (de 1958).

Importa lembrar que, em outubro de 2012, a Porto Editora já tinha assegurado os direitos de edição da obra em prosa de Sophia de Mello Breyner Andresen. Esta decisão vem também reforçar a aposta que o Grupo Porto Editora continua a realizar na Assírio & Alvim, adquirida pelo Grupo em 2012. [me](#)



ASSÍRIO & ALVIM



O primeiro dicionário

A utilização do dicionário para encontrar respostas para muitas perguntas deve ser incentivada nas crianças de forma motivadora e atraente. Estimula-se, assim, a curiosidade dos mais novos pela língua e lançam-se as bases de uma consciência comunicativa sólida.

O Primeiro Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa e o Primeiro Dicionário Ilustrado de Português-Inglês foram elaborados com a preocupação de promover uma experiência de convívio e de interação em que pais e leitores (educadores, avós ou outros familiares) desempenham um papel fundamental, apresentando aos mais novos as características próprias de um tipo de livro fascinante.

sendo cada entrada seguida de uma expressão que também é traduzida para a língua inglesa.

O vocabulário foi selecionado porque aparece frequentemente em livros destinados aos mais novos e é-lhes familiar. Para o ajudar a definir, foram realizadas ilustrações cheias de criatividade e adaptadas ao universo infantil.

de imprensa, que as crianças encontrarão mais tarde quando iniciarem a escolaridade.



Todo o grafismo desta coleção tem em conta as necessidades do público de um primeiro dicionário. Todos os elementos próprios destes livros de consulta são apresentados de forma lúdica e pedagógica e explicados nas páginas iniciais: ordenação alfabética das palavras, estrutura das entradas e elementos gráficos orientadores da consulta (como cabeças e números de página).

No final dos Primeiros Dicionários Ilustrados, alguns anexos temáticos permitem desenvolver inúmeras atividades: identificar cores, estações do ano e dias da semana, compreender relações de parentesco, estabelecer relações entre opostos, etc.

Os Primeiros Dicionários representam excelentes oportunidades para a criação de contextos de diálogo entre as crianças e os pais ou educadores, promovendo assim o desenvolvimento da linguagem e cultivando a prática da comunicação e da leitura. [me](#)



Os Primeiros Dicionários Ilustrados da Porto Editora proporcionam às crianças em idade pré-escolar a primeira experiência de utilização de obras desta natureza. Com um formato atrativo, o dicionário de língua portuguesa apresenta um vocabulário de cerca de 500 palavras definidas através de expressões simples e sugestivas e o dicionário de português-inglês regista o mesmo número de palavras em língua portuguesa com a tradução para inglês,

As ilustrações procuram divertir e alargar o conhecimento das crianças, sendo também excelentes pontos de partida para desenvolver situações comunicativas, para além da consulta do sentido das palavras.

As palavras definidas no dicionário de língua portuguesa e traduzidas no dicionário de inglês são apresentadas num tipo de letra que facilita às crianças o reconhecimento da sua forma manuscrita. Nas definições e traduções foi usada letra



Veja toda a coleção de dicionários Porto Editora



A Água

Serviço Educativo da Fundação de Serralves

A água é um recurso natural essencial a todos os seres vivos – humanos e não humanos. Mas não está disponível na mesma quantidade em todos os sítios do Mundo. Assim, a quantidade de seres vivos que podem sobreviver e o uso que é dado à água dependem diretamente da quantidade disponível. A quantidade de água disponível varia ao longo do ano de acordo com o clima da região e nas últimas décadas em consequência das alterações climáticas, agudizaram-se os fenómenos de secas e cheias, que influenciam também a disponibilidade da água com consequências ambientais, sociais e económicas associadas relevantes.

Portugal encontra-se na região mediterrânica, sujeito a um clima particular que ocorre em apenas cerca de 3% da superfície terrestre do Mundo. O clima mediterrânico caracteriza-se por dois fatores fundamentais:

- uma forte variabilidade da precipitação (ocorrência de frequentes e intensos períodos de seca, por vezes ao longo de vários anos consecutivos);
- a coincidência da estação seca com a estação quente (verão), período em que as disponibilidades de água são muito reduzidas e a procura cresce substancialmente, devido às necessidades de rega das culturas agrícolas e de abastecimento das populações (residentes e turistas).

A esta variabilidade e escassez naturais acresce uma procura em constante crescimento e uma gestão que fomenta o



desperdício e estimula o consumo, através de uma densa rede de infraestruturas hidráulicas. Em conjunto, estes dois fatores ajudam a explicar porque é que entre os seis países do Mundo com uma Pegada da Água mais elevada se encontram quatro países da região mediterrânica – Grécia, Itália, Espanha e Portugal. Estima-se que em Portugal a utilização de água seja aproximadamente de 52 m³/pessoa/ano, variando a capitação diária regional entre cerca de 130 litros (nos Açores) e mais de 290 litros (no Algarve). No entanto, o consumo efetivo de água numa sociedade é bastante superior, por via dos restantes usos – nomeadamente, a agricultura de regadio (que em Portugal, como na maior parte dos países mediterrânicos, representa mais de 2/3 do consumo total de água) e os usos industriais e energéticos. [me](#)

Clique para continuar a ler.



Sabia que...

- Para produzir um quilograma de açúcar são necessários 1500 litros de água?
- Uma camisola de algodão requer 2900 litros?
- Um quilo de carne de vaca necessita de 15500 litros de água para ser produzido?

SERRALVES

Continue a ler em

[www.espacoprofessor.pt/
magazine-educacao](http://www.espacoprofessor.pt/magazine-educacao)



Sugestões de Leitura



O Colecionador de Erva

de Francisco José Viegas

Jaime Ramos, o investigador protagonista dos livros de Francisco José Viegas, vê-se a braços com duas investigações paralelas: a do assassinio de dois imigrantes russos (antigos militares soviéticos), cujos corpos são encontrados no interior de um carro semicarbonizado, nos arredores do Porto – e o desaparecimento de uma jovem de vinte anos, oriunda de uma família tradicional do Minho. Se uma das investigações o transporta às suas memórias de militante comunista e a uma velha paixão pela literatura russa, a outra leva-o a um mundo onde coabitam velhas famílias do Minho ou do Porto, sexo, marijuana, espionagem a políticos, venda de armas, negócios em Angola e as memórias de um país que vive entre ruínas (as do império e as das fortunas recentes e antigas), corrupção e luta pelo poder – e que guarda os seus loucos no armário, para não parecer mal.

Com capítulos perdidos nos quatro cantos do mundo (entre Portugal, Rússia, Angola, Brasil ou Cabo Verde) O Colecionador de Erva funciona como uma montagem cinematográfica sem princípio, meio ou fim – onde vários crimes são cometidos sem nexos aparentes, onde personagens aparecem e desaparecem sem justificação, e onde a solução nunca está à vista senão apelando à nossa imaginação, como num road movie.



O Diabo e a Gemada

de Sveva Casati Modignani

Em 1943, Milão está sob as bombas dos Aliados, e nas proximidades da via Padova, uma criança extraordinariamente curiosa, inicia a sua aprendizagem de vida. Chama-se Sveva e tem 5 anos. É este o contexto de O Diabo e a Gemada, um relato autobiográfico em que a autora percorre os anos da Segunda Guerra Mundial, que se desenrolam entre a casa de família em Milão e uma quinta, nos arrozais de Trezzano sul Naviglio, na Lombardia. A comida é o fio condutor que atravessa os episódios deste relato, em que se entrelaçam memórias e emoções, sabores e receitas e cujos acontecimentos estão sempre ligados à elaboração de um prato ou a uma refeição partilhada.

Com uma descrição cuidada e rigorosa de pessoas, sabores e costumes, Sveva Casati Modignani devolve-nos um mundo, não tão longínquo, mas do qual estamos a perder a memória.



Revolução Paraíso

de Paulo M. Morais

Alternando realidade e ficção, um romance que nos transporta aos agitados dias da pós-revolução: o retrato de um país que, entre o PREC e as eleições livres, procura um novo rumo.

Enquanto nas ruas se decide o futuro de um país, na tipografia de Adamantino Teopisto vive-se um misto de enredo queirosiano, suspense de um policial e ternura de uma novela: com sabotagens, amores proibidos e cabeças a prêmio; tudo num ambiente de revolução apaixonado.

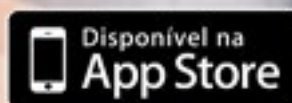
O rebuliço generalizado tem repercussões no alinhamento do jornal e no dia a dia das gentes de São Paulo e do Cais do Sodré.

A revolução é o tópico das conversas nas tascas, nas ruas, no prédio da Gazela Atlântica, contribuindo para o exacerbar das tensões latentes entre o patrão Adamantino e os funcionários. A vivacidade de uma estagiária, as manigâncias de um ex-PIDE foragido, os comentários de um taberneiro e as intromissões de um proxeneta e de uma prostituta, agravam ainda mais a desordem ameaçadora que paira no ar.

Nada foi igual na vida dos portugueses após a Revolução dos Cravos. Nada foi igual na vida da "família" Gazela Atlântica após o 25 de Abril.

O seu Espaço agora é mobile

Aceda ao Espaço Professor
no seu telemóvel de forma
simples e gratuita.



www.espacoprofessor.pt/mobile

EDITORIAL

Três pontos

1. A época das provas finais e exames começou no passado dia 7 de maio, com a prova de Português para os alunos do 4.º ano de escolaridade. Professores e alunos de todos os ciclos de ensino vão viver tempos de particular exigência e ansiedade, após meses de estudo e preparação. A todos, transmito uma palavra de estímulo e envio os meus votos de sucesso.

2. No decurso do corrente ano letivo, preparámos 2013-2014. No horizonte estão as tão comentadas Metas Curriculares para as principais áreas disciplinares – Português e Matemática. Apesar de ter sido dito que a reformulação das Metas implicaria poucas mexidas nos programas, tivemos de fazer um esforço suplementar para ajustar os projetos editoriais que já tínhamos em fase relativamente adiantada no sentido de responder da melhor forma às novas necessidades de professores e alunos. Espero que o excelente trabalho dos nossos autores e da nossa equipa editorial corresponda às exigências de quem só quer o melhor.

3. Recentemente, concebemos e divulgámos um novo vídeo de agradecimento aos professores. Não é a primeira vez que o fazemos e, porventura, não será a última vez. Porque é um agradecimento sincero e que, numa época tão difícil e conturbada como a que vivemos, é particularmente pertinente. Afinal, é nas mãos dos professores que está o nosso futuro.

Vasco Teixeira

Porto Editora

NÚMERO
14
MAI13

Esta publicação segue a nova ortografia definida pelo Acordo Ortográfico

Magazine de Educação é uma publicação da responsabilidade do Espaço Professor da Porto Editora